

Empresas | Infraestrutura

Logística Assembleia Legislativa do Rio faz hoje audiência sobre a obra

DTA busca acordo com MP para deslançar terminal

Francisco Góes
Do Rio

Sete anos depois de começar os estudos para construir um porto na praia de Jacaré, em Maricá (RJ), a DTA Engenharia tenta, finalmente, tornar o projeto realidade. Hoje a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) realiza uma audiência pública para discutir o empreendimento. Conhecido como Terminais Ponta Negra (TPN), o projeto prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões e a criação de 1,6 mil empregos na fase de construção. Mas, apesar de ser considerado importante para a economia do Rio, o terminal portuário pertencente à DTA está envolvido em uma polêmica com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Em 2015, o MPRJ ajuizou uma ação civil pública para proteger os beachrocks, formações rochosas que ocupam a orla das praias de Maricá e Saquarema e que estariam ameaçadas pela construção

do porto de Ponta Negra. Essas formações rochosas têm valor científico e cultural pois estão situadas em região que fez parte do roteiro da expedição do naturalista inglês Charles Darwin pelo Brasil, no século XIX. Em 2017, o juízo da 3ª Vara Federal de Niterói determinou que a União Federal, o Estado do Rio, o município de Maricá e a DTA se abstivessem de praticar qualquer ato que pudesse "suprimir, destruir ou descaracterizar, total ou parcialmente, o patrimônio cultural e arqueológico" dos beachrocks da praia de Jacaré.

Julio Bueno, coordenador de implantação do TPN, disse ao Valor que houve uma redução no tamanho do projeto original do terminal e que as mudanças eliminaram a interferência nos beachrocks. No começo, o TPN previa a construção de um parque de tanca para petróleo, além de um terminal de contêineres e de um estaleiro. A partir da revisão, a DTA passou a trabalhar somente com a

construção de dois terminais de granéis líquidos para atender a indústria de petróleo e gás. O objetivo da DTA é que a partir da audiência pública a ser realizada hoje na comissão de defesa do meio ambiente da Alerj seja possível chegar a um acordo com o Ministério Público para encerrar a ação civil pública e dar andamento ao projeto. A DTA Engenharia, especializada em engenharia portuária e ambiental, tem sede em São Paulo e é controlada por João Acácio Gomes de Oliveira Neto. A empresa fatura cerca de R\$ 250 milhões por ano.

TPN passou por redução do projeto e hoje prevê construção de dois terminais de granéis para atender petróleo

Na audiência, estarão presentes representantes de entidades e associações favoráveis ao projeto,

bem como de representantes da sociedade civil organizada que se opõem ao TPN pelos seus impactos socioambientais. No Facebook, por exemplo, existe um grupo chamado "SOS Jacaré Porto não". O MPRJ também deverá estar presente na audiência. Entre os apoiadores do projeto, está o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. O presidente da entidade, Edson Rocha, disse que o TPN representa, para os metalúrgicos, a esperança de emprego na região. Ele disse que o Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio (INEA) chegou a conceder licença prévia para o projeto, mas que as demais etapas do licenciamento não foram adiante pelos questionamentos do MPRJ. Procurado pela reportagem, o INEA não se pronunciou.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Sérgio Duarte, afirmou que o TPN é um projeto "estruturante" para uma região pobre do Rio de Janeiro, e acres-

Projeto TPN

Praia de Jacaré foi escolhida para empreendimento



Investimento
R\$ 2,5 bilhões

Área ocupada
222 hectares

Empregos
1,6 mil (diretos e indiretos) na construção;
340 diretos na fase de operação.

Fonte: DTA Engenharia

centou que o investimento é importante para um Estado como o Rio que passa por grave crise financeira. Para Duarte, se o Rio não criar as condições para receber o projeto, o investimento irá para outro Estado da federação.

Com a revisão, o projeto passa a considerar a implantação de um terminal portuário privativo com capacidade para estocar um milhão de metros cúbicos de petróleo cru. Pelo desenho do projeto feito pela DTA, o investimento no TPN será de responsabilidade de operadores e de fornecedores com os quais a companhia já tem negociações em andamento, disse Julio Bueno, que foi secretário estadual da Fazenda no Rio.

Um dos atrativos do projeto do TPN, segundo Bueno, é a proximidade com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Com-

perj), que deve operar, em uma primeira fase, com uma unidade de processamento de gás natural. Bueno afirmou que existe uma malha de gasoduto passando por baixo do terreno do TPN, que deverá ocupar 222 hectares, 23% a menos do que no projeto original. O TPN também quer atender operadores de petróleo, sobretudo privados, produtores nas bacias de Campos e de Santos, que usariam o terminal como centro de estocagem de petróleo destinado à exportação.

A logística inclui o transporte do petróleo em navios desde os campos produtores até o TPN, de onde o produto seria exportado. Bueno disse ainda que na fase de construção devem ser criados 1,6 empregos entre postos diretos e indiretos. Já na operação são esperados 338 empregos diretos

Prumo avalia participar de leilão de energia este mês

Eletricidade

Rodrigo Polito
Do Rio

A Prumo Logística estuda participar do próximo leilão de geração de energia, marcado para 31 de agosto. A licitação, do tipo "A-6", negociará contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2024.

"Sim, pensamos [em partici-

par do leilão]. Temos duas térmicas, mais ou menos 3 mil megawatts. Temos licenciado 6.400 megawatts. Então ainda temos 3.400 megawatts para crescer e a nossa intenção é chegar lá", afirmou o presidente da Prumo, José Magela, após participar de cerimônia de assinatura de portaria de outorga para a implantação da termelétrica GNA II, sociedade entre a Prumo, a Siemens e a BP, no Porto do Açu, no Rio.

A térmica GNA II venceu leilão de energia no fim de 2017. O projeto está previsto para entrar em operação em janeiro de 2023. Também no fim do ano passado a empresa teve o aval para a construção da térmica GNA I, que inicialmente seria instalada por outro empreendedor, com outro nome para a usina, no complexo industrial de Suape, em Pernambuco. A GNA I está prevista para entrar em operação em janeiro de 2021. Juntas, as duas

térmicas somarão 3 mil MW. "Nos transformamos, em menos de 24 horas, no maior complexo termelétrico da América Latina", disse Magela, lembrando das medidas ocorridas no fim do ano passado.

As duas térmicas deverão consumir 13 milhões de metros cúbicos diários de gás. O energético será fornecido por um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), também da Prumo, que terá capacidade de 21 mi-

lhões de metros cúbicos diários e deve entrar em operação em 2020.

De acordo com a companhia, até 2023, estão previstos investimentos de R\$ 8 bilhões nas duas térmicas e no terminal. Apenas a segunda termelétrica demandará R\$ 4 bilhões de investimentos. Segundo Magela, a companhia ainda está tratando do financiamento, que deverá ser dividido entre o BNDES e bancos estrangeiros.

Na cerimônia de assinatura da

portaria do MME que concedeu a outorga para a termelétrica, o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gonçalves Vieira, fez menção ao empresário Eike Batista, idealizador do Açu. "Não estaríamos aqui se não fosse o talento de Eliezer Batista e sem a ousadia do Eike [Batista]. Não importa o que fez de bom ou de errado, mas estamos aqui muito graças a essas pessoas", afirmou o executivo.



Ricardo Ito, sócio da Linkx, diz que, com modelo de seguro, expectativa é de abocanhar um grande nicho de mercado

Linkx pretende duplicar as operações no mercado livre

Do Rio

De olho na tendência de abertura do mercado livre de energia, com a entrada de um número maior de consumidores de porte cada vez menor, a comercializadora Linkx lançou este mês um modelo de seguro de crédito para garantir a contratação de energia sem onerar o preço final do insumo para o cliente. Com a estratégia, a companhia prevê dobrar suas operações no mercado livre, aumentando o volume de energia fornecido para 500 megawatts (MW) médios por mês, em 2019.

Hoje, os tomadores de energia precisam de um seguro garantia ou pagar uma fiança bancária para a contratação de energia no mercado livre. Na prática, esse mecanismo gera um custo adicional de 4% ao preço da energia comprada pelo cliente, o que, em alguns casos, inviabili-

za a migração do consumidor para o ambiente livre.

Com o modelo adotado pela Linkx, a própria comercializadora firmou um seguro de crédito com a Euler Hermes, subsidiária da Allianz especialista nas áreas de seguro garantia e cobrança, em operação mediada pela CB Capital Corretora. Assim, a Linkx garante a compra de energia pelos clientes. Segundo Ricardo Ito, sócio da comercializadora, o custo final para empresa é de menos de R\$ 1 por megawatt-hora (MWh), mantendo a competitividade da companhia em relação a outras comercializadoras e sem onerar o cliente.

"Fica difícil para ele [consumidor] apresentar essa garantia. E conseguimos fomentar essa viabilidade. Por isso, a nossa expectativa é de abocanhar um grande nicho de mercado. Ainda mais com as novas regulamentações que vão baixar o nível de tensão

[exigido para entrar no mercado livre] desses clientes, vai haver uma migração maior de agentes para o mercado, e já estamos antecipando o fomento a esse mercado", disse Ito, ao Valor.

"Em termos de operação, já conseguimos uma expectativa projetada para 2019 de dobrar esse volume de energia que transitamos, de 260 MW médios para pelo menos 500 MW médios [por mês]", completou o executivo.

Criada em 2012 por profissionais oriundos dos mercados de energia e financeiro, a Linkx possui faturamento médio anual estimado de R\$ 300 milhões, com uma carteira de mais de 140 clientes, com cerca de 400 pontos de carga.

O mercado livre de energia no Brasil, que completa 20 anos em 2018, movimentou atualmente em torno de R\$ 100 bilhões por ano e conta com cerca de 220 empresas comercializadoras. (RP)

Fundo fará aporte de R\$ 400 milhões na Iguá

Saneamento

Fernanda Pires e Rodrigo Rocha
De São Paulo

Um ano após comprar a empresa de saneamento CAB Ambiental, rebatizada de Iguá Saneamento, a gestora brasileira IG4 Capital trouxe um dos maiores fundos de investimentos do Canadá para injetar dinheiro na companhia e deslançar novos investimentos. A IG4 e o Alberta Investment Management Corporation (AIMCo) assinaram na noite de ontem um acordo de investimentos que resultará no aporte primário de até R\$ 400 milhões no Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, o FIP Iguá, controlador

da Iguá Saneamento e gerido e controlado pela IG4.

A fatia do AIMCo no FIP só será divulgada no fechamento da operação, mas, conforme o Valor apurou, o fundo canadense será minoritário e deverá ficar com menos de 40%. Com a capitalização, o FIP terá mais de R\$ 1 bilhão de ativos sob gestão.

O dinheiro vai 100% para o caixa da companhia, por meio do FIP, que continua controlador e gestor do negócio. O compromisso é que o aporte seja feito de uma só vez. Os recursos serão usados para antecipar investimentos já mapeados nas concessões da Iguá e também para novas oportunidades que surgirem no mercado, tanto de aquisições como novas concessões e Parce-

rias Público-Privadas (PPPs). Algumas das operações da Iguá sofrem com perdas relevantes de água e um aporte pode acelerar o retorno destas iniciativas.

A Iguá reúne hoje 18 operações em 25 municípios de cinco estados brasileiros. No total, atende direta ou indiretamente aproximadamente 6,6 milhões de pessoas. O FIP Iguá tem 84,18% de participação na companhia e a BNDESPar, braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os demais 15,82% de fatia acionária na Iguá. Além da IG4 e do AIMCo, a Galvão Participações, antiga controladora da empresa, detém uma fatia reduzida no FIP. A entrada de um investidor

estrangeiro coloca a Iguá no mesmo patamar das principais concorrentes privadas. A BRK Ambiental é controlada desde o ano passado pela canadense Brookfield e a Aegea tem participações minoritárias do IFC, ligado ao Banco Mundial, e do GIC, fundo soberano de Cingapura.

A AIMCo é uma das maiores e mais diversificadas gestoras de investimentos institucionais do Canadá. Sob seu guarda-chuva, tem mais de 107 bilhões de dólares canadenses em ativos, segundo dados atualizados em 31 de março.

As conversas entre IG4 e AIMCo vêm acontecendo desde o início do ano, mas a negociação se intensificou nos últimos 60 dias, quando se tornou exclusiva entre as partes. Os assessores fi-

nanceiro da IG4 no processo são o Bradesco BBI e o Itaú BBA. Pela AIMCo é o Santander.

Depois da entrada da IG4, a Iguá melhorou os resultados operacionais e financeiros. Em 2017 teve lucro líquido de R\$ 30,2 milhões, revertendo prejuízo líquido de R\$ 83,8 milhões no ano anterior. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado cresceu 20,9%, para R\$ 212 milhões.

Em nota divulgada pela IG4, o diretor da AIMCo, David Perl, disse que o Brasil precisa "de empresas modernas, bem geridas e que realizem investimentos em infraestrutura, especialmente em um setor que há carências como o de saneamento".

Curta

Resultados da Enel

A Enel Americas, controlada pela italiana Enel listada no Chile que reúne os ativos da América Latina, inclusive do Brasil, vieram em linha com o projetado por analistas. As desvalorizações cambiais no Brasil e na Argentina afetaram negativamente os resultados, principalmente no segmento de distribuição de energia. O crescimento nas vendas de energia, por sua vez, ajudou a minimizar esses efeitos. O lucro líquido atribuído aos acionistas da companhia cresceu 95,8% nos primeiros seis meses do ano, para US\$ 403 milhões. A receita, por sua vez, cresceu 23,4%, para US\$ 5,948 bilhões. O Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia cresceu 19,3% entre janeiro e junho, para R\$ 1,652 bilhão.